publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JMB - RIO'S SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.068.251/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1331/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 3.323, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/23384 - DPF/PDE/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAGER SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 19.039.001/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1060/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 3.326, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/25491 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa FUNCIONAL SEGURANÇA CORPORATIVA LTDA, CNPJ nº 08.008.999/0002-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1162/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 3.330, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/27837 - DPF/PNG/PR, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ALGAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.707.116/0007-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1169/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 3.334, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/29318 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PATRIMONIUM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 05.955.614/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1009/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 3.371, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/42410 - DPF/INE/CE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVA BRASIL INDÚSTRIA DE COMPONENTES E CALÇADOS LTDA, CNPJ nº 08.397.578/0001-35 para atuar no Ceará.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 85, DE 30 DE MAIO DE 2018

Revogação de Doação Onerosa de um Aerostáto (Balão Cativo) e demais Equipamentos Acessórios à Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro, Realizada na Cidade do Rio de Janeiro/Rj e Reintegração do Bem ao Patrimônio da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 1º da Portaria nº 647-MJSP, de 31 de julho de 2017, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA - DA REVERSÃO E DA INDENIZAÇÃO do Termo de Doação nº 325/2015-SESGE, de 12 de fevereiro de 2008 e,

CONSIDERANDO que o Termo de Doação com Encargos nº 325/2015-SESGE firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE e a Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro, tem por objeto um aerostático (balão cativo) e demais equipamentos acessórios, realizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

CONSIDERANDO que o aerostático (balão cativo) encontra-se indisponível para emprego nas atividades de segurança pública e defesa civil para o qual foi doado, desde o final dos Jogos Olímpicos Rio 2016, sem a revisão anual de manutenção prevista no manual do fabricante, constituindo, assim, em mora dos encargos avençados no Termo de Doação nº 325/2015-SESGE, especificamente quanto àqueles que fazem referência às responsabilidades da Donatária decorrentes da operação do equipamento, manutenção, guarda, regularidade formal, e quaisquer outros ônus que incidam ou venham incidir em virtude do equipamento, sua propriedade ou seu uso e fruição;

CONSIDERANDO o relatório de visita técnica (Nota Técnica nº 10/2017/Aviação-DFNSP/CGOP/DFNSP/SENASP), o qual constatou o não cumprimento do encargo assumido pelo DONATÁRIO referente as condições de conservação e de emprego do aerostático (balão cativo) na execução de suas atividades de segurança pública e defesa civil;

CONSIDERANDO que é de interesse da Força Nacional de Segurança Pública o emprego operacional do referido equipamento nas Operações do Plano Nacional de Segurança Pública no Rio de Janeiro/RJ; de apoio à Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR; de proteção aos prédios públicos da União na Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF; e outras ações nas quais poderão subsidiar com imageamento de alta qualidade para a tomada de decisão operacional e acompanhamento em tempo real as ações de Comando e Controle;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, por interesse da Administração Pública Federal, o Termo de Doação nº 325/2015-SESGE, para que surta os efeitos jurídicos e legais.

Art. 2º Reintegrar o aerostático (balão cativo) e demais equipamentos acessórios ao patrimônio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), disponibilizando-o para o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, visando o seu reaproveitamento e pronto emprego nas atividades aéreas de segurança pública ao encargo do citado Departamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ

PORTARIA Nº 86, DE 30 DE MAIO DE 2018

Revogação de Doação Onerosa de um Aerostáto (Balão Cativo) e Demais Equipamentos Acessórios à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro - Sese/Rj, Realizada Na Cidade do Rio de Janeiro/Rj e Reintegração do Bem Ao Patrimônio da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 1º da Portaria nº 647-MJSP, de 31 de julho de 2017, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA - DA REVERSÃO E DA INDENIZAÇÃO do Termo de Doação nº 326/2015-SESGE, de 18 de novembro de 2015 e,

CONSIDERANDO que o Termo de Doação com Encargos nº 326/2015-SESGE firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro - SESEG/RJ, tem por objeto 03 (três) aerostáticos (balões cativos) e demais equipamentos acessórios, realizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

CONSIDERANDO que os aerostáticos (balões cativos) encontram-se indisponível para emprego nas atividades de segurança pública e defesa civil para o qual foi doado, desde o final dos Jogos Olímpicos Rio 2016, sem a revisão anual de manutenção prevista no manual do fabricante, constituindo, assim, em mora dos encargos

avençados no Termo de Doação nº 326/2015-SESGE, especificamente quanto àqueles que fazem referência às responsabilidades da Donatária decorrentes da operação dos equipamentos, manutenção, guarda, regularidade formal, e quaisquer outros ônus que incidam ou venham incidir em virtude do equipamento, sua propriedade ou seu uso e fruição;

CONSIDERANDO o relatório de visita técnica (Nota Técnica nº 10/2017/Aviação-DFNSP/CGOP/DFNSP/SENASP), o qual constatou o não cumprimento do encargo assumido pelo DONATÁRIO referente as condições de conservação e de emprego dos aerostáticos (balões cativos) na execução de suas atividades de segurança pública e defesa civil;

CONSIDERANDO que é de interesse da Força Nacional de Segurança Pública o emprego operacional do referido equipamento nas Operações do Plano Nacional de Segurança Pública no Rio de Janeiro/RJ; de apoio à Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR; de proteção aos prédios públicos da União na Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF; e outras ações nas quais poderão subsidiar com imageamento de alta qualidade para a tomada de decisão operacional e acompanhamento em tempo real as ações de Comando e Controle; resolve:

Art. 1º Revogar, por interesse da Administração Pública Federal, o Termo de Doação nº 326/2015-SESGE, para que surta os efeitos jurídicos e legais.

Art. 2º Reintegrar os aerostáticos (balões cativos) e demais equipamentos acessórios ao patrimônio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), disponibilizando-o para o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, visando o seu reaproveitamento e pronto emprego nas atividades aéreas de segurança pública ao encargo do citado Departamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ

Ministério Público da União

ESCOLA SUPERIOR

PORTARIA Nº 87, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre o expediente na Escola Superior do Ministério Público da União nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018.

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (ESMPU), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 80, incisos V, VI, VIII e IX do Regimento Interno da ESMPU, aprovado pela Portaria PGR/MPU n. 905, de 16/12/2013, e alterado pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22 de outubro de 2014, CONSIDERANDO o calendário de jogos da Copa do Mundo de 2018, especialmente os dias e horários dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol; resolve:

Art. 1º O expediente da Escola Superior do Ministério Público da União, nos dias de realização de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018, na primeira fase, obedecerá ao disposto nesta Portaria, na forma a seguir: I - No dia 22 de junho de 2018, das 14h às 19h; II - No dia 27 de junho de 2018, das 08h às 13h. Parágrafo único. Em caso de classificação da Seleção Brasileira para as fases seguintes da competição, o expediente da Escola Superior do Ministério Público da União, nos jogos realizados em dias úteis, será estabelecido em ato próprio, a ser definido oportunamente. Art. 2º A redução de horário prevista nos incisos I e II, do artigo anterior, dispensará compensação de jornada. Parágrafo único. Não serão computadas, para fins de banco de horas ou saldo de ajuste diário no sistema de ponto eletrônico, a jornada cumprida inferior a 7 (sete) horas. Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 13/06/2018, data da sua assinatura.

JOÃO AKIRA OMOTO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 400, DE 13 DE JUNHO DE 2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 1º - II da Portaria PGR/MPF nº 118, de 10/02/2018, publicada no Diário do MPF eletrônico de 20/2/2018, e conforme consta do Processo Administrativo nº 1.30.000.002637/2017-92, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria PGR/SG nº 208, de 5 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2018, Seção 1, f. 58, que aplicou a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 1 (um) ano, à pessoa jurídica Morada Serviços Terceirizados Eireli - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.645.977/0001-45, com fundamento no art. 109, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 c/c o art. 2º da Lei nº 9.784/1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS